

## Argentina: o futuro do agronegócio com o novo governo e os impactos para o Brasil

A eleição de Mauricio Macri como presidente da Argentina no domingo (22/11) promete alterar a dinâmica de produção e da comercialização do agronegócio do país. Macri planeja acabar com restrições à exportação de milho, carne e outros produtos do agronegócio. Hoje, as chamadas “retenciones”, taxa sobre as exportações do setor, reduziram a competitividade do agricultor argentino. Só para ter uma ideia, a taxa sobre as exportações de soja no país é de 35% e as retenções sobre grãos, óleos e farelos representam mais de 13% da arrecadação fiscal da Argentina. O candidato eleito de oposição, o atual prefeito de Buenos Aires, Mauricio Macri, prometeu acabar com essa intervenção do governo, retirando taxas e cotas que limitam as vendas externas e impedem a expansão do setor agrícola.

Com o triunfo da coligação “Cambiamos”, um novo capítulo na história da Argentina. Neste contexto, espera-se que o papel do setor agrícola, o motor da economia local, retome o caminho do crescimento após uma década de divergências políticas, em que foram subtraídos quaisquer incentivos ao investimento. O presidente eleito Mauricio Macri vai encontrar um setor, em geral, muito comprometido. O impacto dos preços internacionais mais baixos da maioria das commodities, uma forte intervenção estatal, uma exportação com elevada carga tributária – as tarifas ou “retenciones” –, bem como a taxa de câmbio em relação ao dólar, com uma defasagem considerável.



Isto levou a uma estagnação acentuada no setor, agravou-se em grandes produtos, grãos, lácteos, carnes, frutas, etc. Com os altos custos dos insumos e de fretes, muitas produções regionais perderam toda a competitividade e a inserção da Argentina nos

mercados mundiais foi se diluindo ano após ano. No complexo de grãos, especialmente, os últimos cinco anos mostram uma diminuição clara. A área de cultivo de grãos tinha atingido 35,7 milhões de hectares em 2011/2012 e, apenas cinco anos mais tarde, em 2015/2016 deverá atingir apenas 32,7 milhões de hectares. Apesar desta redução, a produção conseguiu se sustentar em torno de 100 milhões de toneladas, porque nos últimos ciclos o clima tem colaborado para bons níveis de produtividade.

Este freio na produção resultou em níveis mais baixos de receitas em divisas, exacerbadas pela redução dos preços internacionais, em uma rentabilidade para os produtores, em muitos casos, negativa, considerando também que a maior parte do plantio é feito em áreas arrendadas. Mais de 60% do total da área são de grãos na Argentina são de arrendamentos que tiveram que reduzir drasticamente seus custos para continuar a produzir. As exportações também caíram significativamente e os mercados foram sendo perdidos.

O principal mercado de trigo da Argentina é o Brasil e hoje é impossível para o país fornecer o cereal nas quantidades exigidas pelo mercado brasileiro – que acabou tendo que importar o produto de outros fornecedores, a preços mais elevados. No milho, depois de décadas como o segundo maior exportador mundial, atrás dos Estados Unidos, a participação da Argentina está limitada ao quarto lugar, atrás de dois mercados que o país era fornecedor: Brasil e Ucrânia. No complexo de girassol, no qual a Argentina foi líder absoluta em óleo e farelo, ficou relegada ao último lugar, atrás dos países da Região do Mar Negro e da Europa.

Portanto, a mudança no poder, com uma proposta como “Cambiamos”, na qual é dada especial atenção ao desenvolvimento do setor agrícola, está se renovando a esperança de voltar a posicionar a Argentina como um importante e confiável fornecedor de alimentos para mundo. É possível que ainda ocorram algumas alterações no ciclo atual (temporada 2015/2016), mas, sem dúvida, os maiores reflexos serão vistos no ciclo 2016/2017.

A safra “fina” – cultivos de inverno – de 2015/2016 já está definida. No trigo, a colheita da safra está próxima e a produção está estimada em, no máximo, 9 a 10 milhões de toneladas, que deixa um saldo exportável muito limitado. No entanto, os preços domésticos devem passar a refletir um quadro de comercialização sem a intervenção do Estado, com um declínio nas taxas de exportação.

Na próxima temporada (2016/2017), a tendência é de incremento da área de cultivo de trigo, que deve, em um primeiro momento, recuperar a superfície entre os 4,4 e 4,6 milhões de hectares cultivados entre as temporadas de 2009 e 2012. Posteriormente, no longo prazo, o país pode voltar a cultivar uma área superior a 6 milhões de hectares, produzindo mais de 15 milhões de toneladas e retomando o posto de um dos maiores exportadores globais, podendo, inclusive, suprir todo o déficit do mercado brasileiro, que oscila entre 5,5 e 6,5 milhões de toneladas/ano.

Na colheita “grossa” – a principal safra de 2015/2016 – já está fase de plantio e poucas mudanças devem ocorrer. A expectativa é de melhorias nos preços do milho e da soja, pelos motivos apontados (provável desvalorização do peso e redução dos impostos de exportação), revertendo um padrão de perdas contínuas para os produtores. É possível que a queda da área de milho seja atenuada e os declínios fiquem abaixo dos esperados, com projeção de superfície para 3,3 milhões de hectares destinados à colheita de grãos,

podendo recuar para até 2,9 milhões de hectares. Na soja, a expectativa era de um recuo na área para 19,8 milhões de hectares, mas é possível que se mantenha o nível registrado no ano passado, de 20,6 milhões de hectares.

Certamente, no ciclo 2016/2017 a situação será bem diferente. É esperada a reestruturação das áreas de trigo e de milho, que permita um melhor equilíbrio entre cereais e oleaginosas. Hoje, esta proporção é de 30% e 70%, respectivamente, e isto não assegura a sustentabilidade ao longo do tempo. Isto não significa uma queda na área de soja. Conforme foi dito, o país perdeu muita superfície de cultivo nos últimos anos e é provável que incorpore muitos hectares a mais, se houver rentabilidade para o produtor. Também pode haver um incremento do plantio chamado “de segunda”, através do aumento da área de trigo.

Desta forma, a Argentina pode transitar em um caminho de crescimento que nos leva a projetar para 2024/2025 um potencial produtivo próximo de 150 milhões de toneladas. Isto proporcionará um crescimento mais equilibrado entre as culturas. Os níveis de produção de milho devem atingir 35 milhões de toneladas de milho, com a safra de trigo subindo para a faixa entre 17 e 18 milhões de toneladas e a produção de soja continuar crescendo, para buscar o patamar de 75 milhões de toneladas, com o restante dos cultivos respondendo por mais de 15 milhões de toneladas.



O potencial produtivo da Argentina é muito grande. Dos 33 milhões de hectares atualmente plantados, o país pode ser mover rapidamente para 37 milhões de hectares já semeados e, depois, para 42 milhões de hectares como horizonte viável. Isso vai permitir a produção crescer de 100 a 105 milhões de toneladas atuais, para mais de 150 milhões de

toneladas. Este aumento permitirá reconstruir um ingresso de divisas muito importante, considerando que praticamente todo aumento de produção será destinado à exportação. No ciclo atual, a receita do complexo de grãos (grãos, óleo, farelos, farinha e biocombustíveis) está estimada em US\$ 22 bilhões e a expectativa de médio prazo é atingir entre US\$ 32 e US\$ 35 bilhões, considerando preços internacionais similares aos atuais.

Isto só é factível com a eliminação dos impostos de exportação e da liberalização dos mercados. O trigo e o milho têm hoje uma carga de impostos de 23% e 20%, respectivamente. Para o girassol, a tributação é de 32% para o grão e 30% para o óleo e para o farelo. Se espera a eliminação total dessas tarifas. Para a soja, o principal produto na arrecadação fiscal da Argentina – mais de 80% do total – é de se esperar que a atual tributação de 35% sobre a exportação seja reduzida em 5% ao ano. Ou seja, no plantio do próximo ano deverá estar em 25%. Um dado importante: o mercado de futuros de maio/2017 já há o desconto referente a essa redução.

Outro tema será definitivamente a taxa de câmbio. Com uma defasagem significativa do dólar – que mostra um nível oficial de 9,7 pesos/dólar e um mercado informal de 15,5 pesos/dólar –, o setor recebe muito menos com as retenções. Isso deve se ajustar. Esses problemas são os que a Argentina vive hoje e que levam muitos produtores a um nível mais elevado de incertezas, conservando e retendo suas mercadorias e adiando as vendas. Espera-se que a liberação desses estoques deve ser feita calmamente, à medida em que houver maior tranquilidade por parte dos produtores. Macri reafirmou a promessa de liberar o controle sobre o câmbio, vigente desde 2011, mas suavizou o prazo e a forma. Ele disse durante a campanha que a mudança vigoraria em seu primeiro dia de governo. Após a eleição, reafirmou que as restrições ao câmbio “são um erro”, mas falou em “camadas”, o que poderia sugerir o uso de diferentes cotações por setores durante um período de transição.

O presidente eleito já manifestou o seu desejo de que a primeira viagem ao exterior será para o Brasil. Apesar de Argentina e Brasil disputaram mercados agrícolas similares, há uma necessidade de trabalhar em conjunto no Mercosul. Para seguirem competitivos no setor agrícola, têm de trabalhar juntos em várias frentes. A vitória de Macri é positiva, principalmente pela intenção do político de ampliar o comércio externo do País. Ele deve se focar na questão do Mercosul e destravar acordos, principalmente com a União Europeia, um desejo antigo do agronegócio brasileiro. Macri já afirmou que o Mercosul precisa avançar nos acordos com a União Europeia (UE) e convergir para uma aliança com o Pacífico e aumentar o intercâmbio em geral. Ele mostrou vontade de destravar a negociação com a UE, na qual a Argentina é o maior empecilho, e foi claro em seu plano de se aproximar da Parceria Transpacífica (TPP), acordo comercial que inclui 12 países.

Em um primeiro momento, o ganho mais efetivo para a Argentina será retomar a capacidade de suprir as necessidades de trigo do Brasil e, depois, voltar a se enquadrar como uma grande potência exportadora. Mais de metade da soja produzido no mundo sai do Brasil e da Argentina e o comércio ainda é muito maior, considerando todo o complexo, incluindo óleos e farelo, o que o posiciona a região como formadora de preços. No milho, as exportações dos dois países para o mundo inteiro podem alcançar e superar o montante exportado pelos Estados Unidos. Por isso, é essencial ter um quadro de política consensual para maximizar os benefícios para a região. O potencial de crescimento da região é único no mundo. Não há nenhuma área semelhante com maior potencialidade no planeta. Com essa mudança política, sem dúvida, se renova a esperança da região assumir a liderança no comércio mundial de alimentos.

Para o Brasil, a eleição de Mauricio Macri como novo presidente da Argentina deve favorecer futuros negócios da indústria brasileira de carnes naquele país. O fim das “retenções” com a taxa média de 30% nas exportações argentinas, prometido por Macri, estimulará a retomada de plantas fechadas, bem como possíveis negócios das companhias. A Minerva Foods teria interesse em aquisições de unidades na Argentina, o Mafrig pretende vender plantas e ainda o JBS pode retomar processadoras paralisadas após as exportações serem prejudicadas pelas “retenções”. Apesar de ter um status sanitário parecido com o Brasil e não agregar valor como o Uruguai – que exporta há tempos Estados Unidos e China –, a Argentina é vista como estratégica pelas companhias do setor por ter acesso a importantes mercados na Europa.

Entretanto, mesmo com a esperada guinada na Argentina, há uma longa caminhada para correção de vários problemas macroeconômicos: déficit fiscal, inflação elevada, controles de capital e da taxa de câmbio, além do imbróglio da dívida externa. A preocupação está principalmente no custo social e econômico das reformas para um governo eleito sem maioria no Congresso. A liberação do câmbio com a desvalorização do peso pode ser uma das primeiras medidas em dezembro. Nessa possibilidade de choque na economia, o dólar parece ser a principal questão no curtíssimo prazo. Macri deve tirar amarras do mercado de câmbio e permitirá a flutuação do câmbio oficial para um patamar mais próximo do paralelo. Para aproximar a cotação oficial do câmbio paralelo, chamado de “blue” em Buenos Aires, o dólar oficial teria de subir mais de 50%.

Essa maxidesvalorização somada à retirada de subsídios vai atingir a inflação que deve bater os 36% no próximo ano. Mas esse será o começo da arrumação da casa. Com isso, o governo vai poder reduzir o déficit e o Banco Central imprimirá menos pesos. Antes de melhorar, a situação da Argentina ainda deve piorar. Os vários subsídios oferecidos pelo governo argentino custam o equivalente a 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2015. Só com o subsídio à energia, o governo Cristina Kirchner gastou o equivalente a 3,6% do PIB em 2014. Com a desvalorização do câmbio, a economia poderá voltar a girar no sentido positivo. O peso mais fraco abriria espaço para que os produtores liberem a exportação dos estoques de commodities agrícolas que superariam os US\$ 10 bilhões e que estão à espera de maior clareza da economia para serem negociados.

Fechadas essas exportações com uma taxa de câmbio mais favorável aos vendedores, o país receberia um volume razoável de dólares no curto prazo que seria parcialmente comprado pelo BC para reforçar as reservas internacionais. As reservas internacionais, aliás, compõem outro problema do país. Oficialmente, o BC informa que há pouco menos de US\$ 26 bilhões. Mas economistas não contam com essa cifra porque há uma série de valores que não têm disponibilidade ou liquidez, como os recursos relacionados ao imbróglio da dívida externa ou os depósitos dos argentinos em contas denominadas em dólar no país. Descontados esses valores, as reservas estão em valor próximo de US\$ 6 bilhões. Praticamente não há reservas, o que é bem preocupante. O governo Macri tentará acordos na China e Estados Unidos para reforçar as reservas durante 2016.

*23 de Novembro de 2015*

*Gustavo Lopez – AGRITREND S A – Argentina*

*Carlos Cogo – CARLOS COGO CONSULTORIA AGROECONÔMICA – Brasil*